

EDIÇÃO ESPECIAL

nº 05

10 de junho de 2016

Boletim

da 2ª CCR

Edição especial

BIÊNIO - junho de 2014 a junho de 2016



Metas e Prioridades

2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal
Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal

MEMBROS TITULARES

José Bonifácio Borges de Andrada (Coordenador)
Raquel Elias Ferreira Dodge
José Adonis Callou de Araújo Sá

MEMBROS SUPLENTE

Brasilino Pereira dos Santos
Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho
José Osterno Campos de Araújo

METAS E PRIORIDADES

O tema “Eficiência, Eficácia e Efetividade na Persecução Penal” foi recorrente no dia a dia da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão nos últimos dois anos. Por ocasião do XV Encontro Nacional, a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão e os membros de todo o Brasil aprofundaram o debate sobre o tema e definiram metas e prioridades de atuação criminal para o ano de 2016.



As metas nacionais, regionais e procedimentais da área criminal para o ano de 2016 foram referendadas no XV Encontro Nacional da 2ª Câmara, realizado nos dias 25 a 27 de novembro de 2015, em Brasília/DF.



A definição de metas e prioridades foi sugerida pelo Grupo de Trabalho Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal, em cumprimento aos postulados da efetividade da atuação criminal do MPF. Para tanto, a 2ª Câmara encaminhou o Ofício Circular nº 33/2015/2ªCCR, em 16 de outubro de 2015, solicitando aos membros com atuação criminal que apresentassem propostas de temas nacionais e regionais de atuação prioritária na área (metas nacionais e regionais), bem como sugestões de procedimentos ou rotinas (metas procedimentais) relacionadas a uma atuação eficaz.



As propostas apresentadas pelos membros com atuação criminal, foram submetidas aos Coordenadores Criminais no II Encontro, realizado nos dias 24 e 25 de novembro de 2015. Após debates e votação, os coordenadores selecionaram os temas de maior relevância, sendo 4 metas nacionais, 3 metas regionais e 3 metas procedimentais, que foram submetidos à deliberação dos membros presentes no XV Encontro Nacional.



Durante o II Encontro de Coordenadores Criminais, foram definidos também os indicadores de resultados, para serem referendados pela 2ª CCR. Os indicadores se destinam a medir a eficácia das ações propostas para cada meta prioritária selecionada, permitindo que sejam avaliados os resultados das investigações (IPLs e PICs) e das ações penais e o tempo de trâmite antes, durante e após a implementação das ações sugeridas.

Após a seleção das metas no II Encontro dos Coordenadores Criminais, os membros participantes do XV Encontro Nacional definiram 3 metas nacionais, 2 metas regionais e 2 metas procedimentais, e elaboraram propostas de ações concretas a serem desenvolvidas para cada meta. As metas, ações e indicadores foram submetidos à 2ª CCR e aprovadas na 109ª Sessão de Coordenação realizada em 4 de abril de 2016.

Metas Nacionais

1. Crimes de lavagem de dinheiro (Lei 9613/98).
2. Art. 241-A do ECA (Vender ou expor à venda fotográfica, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfico envolvendo criança ou adolescente).
3. Crimes contra o INSS.

Vejam [aqui](#) as ações propostas para as metas nacionais

Metas Regionais

1ª Região

1. Crime de redução a condição análoga à de escravo (art. 149 do Código Penal).
2. Combate aos crimes ambientais de grande porte.

2ª Região

1. Contrabando e descaminho.
2. Roubo a correios.

3ª Região

1. Combate aos crimes fronteiriços e cometidos em portos e aeroportos: combate ao descaminho e contrabando, tráfico de armas, tráfico de drogas e tráfico de pessoas.
2. Combate ao trabalho escravo contemporâneo.

4ª Região

1. Combate ao tráfico de armas.
2. Combate aos crimes fronteiriços praticados por organizações criminosas, notadamente tráfico internacional de drogas, contrabando e descaminho.

5ª Região

1. Estelionato na obtenção de aposentadorias por trabalhadores rurais.
2. Combate à obtenção fraudulenta e ao desvio na aplicação de financiamentos agropecuários obtidos junto ao BNB.

Veja [aqui](#) o quadro completo com as ações propostas para as Metas Regionais

Metas Procedimentais

1. Padronização de questionários, *check lists* ou instrumentos semelhantes para encaminhamento, pelo MPF, para as principais agências investigativas (PF, IBAMA, TCU, CGU, RF, COAF, INSS, CEF, DENASUS etc) para agilizar a instauração de investigações criminais.
2. Revisão, pela 2ª CCR, dos critérios para o tratamento do princípio da insignificância no crime de contrabando de cigarros, no estelionato previdenciário e outros delitos, para otimizar a persecução penal.

Indicadores de Resultados

Os resultados das ações têm sido acompanhados pelo Grupo de Trabalho da 2ª CCR sobre Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal.

Para auxiliar esse acompanhamento, a Comissão Permanente de *Business Intelligence* criou o BI de Indicadores de Resultados, que está em fase de conclusão. Com essa ferramenta, será possível a extração de relatórios, de forma a viabilizar a comparação dos resultados alcançados e a tomada de decisões.

Veja [aqui](#) a lista dos indicadores



Para a concretização das referidas metas, foram propostas diversas ações a serem desenvolvidas ao longo de 2016. Entre as ações executadas até o momento destacam-se:

1. Criação de um Grupo de Apoio sobre Lavagem de Dinheiro formado por membros com expertise na persecução penal desse tipo de crime para apoiar a atuação do Procurador Natural, quando



solicitado e necessário, nos casos envolvendo Lavagem de Dinheiro e crimes correlatos;

2) Proposta de regulamentação acerca da distribuição dos Relatórios de Inteligência Financeira – RIFs, tendo em vista a necessidade de organização e centralização dos dados de modo a permitir a consulta unificada dos dados pelas unidades do MPF, possibilitando o compartilhamento célere das informações. A proposta foi elaborada em conjunto com a SPEA, após reunião com o COAF, e encaminhada ao PGR por meio do Ofício nº 037E/2016/2ªCCR;

3) Treinamento de servidores da TI da PR/RJ para o desenvolvimento do BI sobre Fraudes Previdenciárias, com o objetivo de permitir a rápida identificação de possíveis irregularidades relacionadas a Fraudes Previdenciárias, valendo-se, para tanto, do cruzamento de bases de dados públicas que aponte potenciais irregularidades da concessão de benefícios previdenciários;

4) Solicitação ao Ministério da Saúde para alteração da Portaria nº 116/2009/MS para inclusão da quarta via da declaração de óbito, destinada ao INSS, para possibilitar a comunicação imediata do óbito do beneficiário, a fim de evitar a prática do crime de estelionato previdenciário;

5) Criação do BI Indicadores, que possibilitará a extração de relatórios para comparação das metas estabelecidas e dos resultados alcançados pela 2ªCCR;

6) Aprovação da [Orientação nº 24](#) sobre como proceder nos casos de investigação dos crimes de lavagem de dinheiro e outros correlatos;

7) Aprovação da [Orientação nº 27](#) sobre como proceder nos casos de investigação dos crimes de estelionato na obtenção de seguro desemprego;

8) Aprovação da [Orientação nº 28](#) sobre proceder nos casos de investigação dos crimes de estelionato previdenciário, com o objetivo de replicar técnicas bem-sucedidas de investigação e melhorar a eficiência da persecução penal em relação aos crimes de obtenção fraudulenta de benefício previdenciário;

9) Aprovação da [Orientação nº 29](#) sobre como proceder nos casos de investigação de crimes praticados pela internet, notadamente, nos crimes de publicação/divulgação de pornografia infantojuvenil (Art. 241-A da Lei 8.069/90) e nos crimes de racismo (art. 20 da lei 7.716/89).